

## PARA ALÉM DO HIP HOP: juventude, cidadania e movimento social.

Patrícia Daniele Lima de Oliveira<sup>1</sup>.  
Profa. Dra. Ana Márcia Silva<sup>2</sup>.

### Resumo Abstract

A pesquisa apresenta como objetivos, identificar quais as raízes históricas do Hip Hop e forma como este movimento vem se configurando no Brasil; identificar e analisar qual/quais a/as concepções de cidadania presentes em dois documentos e projetos oficiais construídos pelo poder público nesta gestão da esfera federal e que envolveram o movimento Hip Hop e, analisar as possibilidades no interior de movimentos sociais como o do Hip Hop, de construir uma cidadania coletiva que se aproxime de uma perspectiva emancipatória. Esses são componentes desta pesquisa, de caráter exploratório

This research intends to identify the Hip Hop historical origins and how this movement has been established in Brazil, besides analyzing the citizenship conceptions present in two documents and official projects, which were built by the public power in the actual federal management, that involved the Hip Hop movement and the possibilities – within social movements as Hip Hop – to build a collective citizenship related to a emancipated perspective. These research components, which are exploratory and bibliographic, are related to documental content analysis and intend to show

---

e bibliográfico, trabalhando com a análise de conteúdo documental, busca apresentar e discutir este novo contexto no qual o Movimento Hip Hop se introduz e é introduzido ao se envolver, discutir e colaborar em projetos pensados como Políticas Públicas para determinados segmentos da população, sobretudo os jovens.

**PALAVRAS CHAVES:** Hip Hop, Movimento Social, Juventude

and discuss this new context in which the Hip Hop movement is inserted and involved in, and also collaborate with public politics in certain segments of the population, especially young people.

**KEY WORDS:** Hip Hop, Social Movement, Youth

## INDICAÇÕES INTRODUTÓRIAS

O presente artigo está pautado em três momentos distintos, porém complementares. No primeiro será contextualizado o surgimento do Movimento Hip Hop, no segundo estaremos apresentando a participação do Movimento Hip Hop na estruturação de políticas Públicas e no último momento apresentaremos uma perspectiva dos limites e possibilidades dos Movimentos Sociais. A aproximação com Movimento Hip Hop, deve-se devido a três motivos: o primeiro é o fato de um movimento de periferia passar a ter acesso, representação e ação perante a discussões de âmbito Federal; o segun-

do é estudar esse movimento que parece contraditório: podendo estar engajado em discussões, em divulgar as péssimas condições de vida da periferia, contrapartida, uma parcela do Movimento Hip Hop vem sendo mercadorizada; e terceiro pauta-se a partir da participação no Projeto Integrado Pesquisa "Práticas Corporais no Contexto contemporâneo<sup>3</sup>," especialmente no sub-projeto " Hip Hop, Movimento e Cidadania.

Esses são componentes desta pesquisa, de caráter exploratório e bibliográfico, trabalhando com a análise de conteúdo documental, com os objetivos de: identificar quais as raízes históricas do Hip Hop e forma como este movimento vem se configurando no Brasil; identificar e analisar qual/quais a/

as concepções de cidadania presentes em dois documentos e projetos oficiais construídos pelo poder público nesta gestão da esfera federal e que envolveram o movimento Hip Hop e, compreender as possibilidades no interior de movimentos sociais como o do Hip Hop, de construir uma cidadania coletiva que se aproxime de uma perspectiva emancipatória.

#### “MINHA CULTURA HIP HOP” 4: AS RAÍZES DE UM MOVIMENTO

A década de 70 foi marcada pelo acirramento das condições do capitalismo em diversos países e com este emergiram desigualdades e dificuldades, tanto no campo econômico quanto no social. Para o capitalismo, o que interessa é a produção e reprodução e ampliação do capital; pouco importam as demais relações. Para evitar conflitos ou qualquer manifestação que não seja a esperada pela classe que detém o capital, elas lançam-se de artifícios para manipular e escamotear a vigência de suas idéias como as sendo naturais e inquestionáveis.

Nesta mesma década, se dá o surgimento do Movimento Hip Hop nos Estados Unidos. Mas, o que há em comum entre esta fase do capita-

lismo com o surgimento do Hip Hop? O surgimento do movimento Hip Hop está relacionado aos desdobramentos mais imediatos do capitalismo: preconceito racial, miséria e desigualdade. Esta situação foi vivenciada por várias comunidades, em especial nos Estados Unidos, onde o crescimento urbano e tecnológico promovia divisão de trabalho e também o desemprego devido à automação de tarefas outrora realizadas manualmente.

Para a comunidade do South Bronx, situada em Nova York, além dos problemas sócio-econômicos, ocorreram também os políticos: como a construção de uma rodovia (a Cross – Bronx – Expressway) que gerou a desapropriação de setenta mil residências e acabou gerando uma depreciação imobiliária, conforme Rose (1997).

No bairro do Bronx, concentravam-se os trabalhadores de classe média e baixa de origem judaica, italiana, alemã, além de irlandeses e negros, sendo que os mais atingidos pela Política de “deslocação” foram os negros e os porto-riquenhos.

Para culminar tal situação, em 1977 ocorreu um racionamento de água, ocasionando um blecaute em Nova York, momento em que muitas lojas foram saqueadas. Segundo Rose (1997: 201), “nos bairros mais pobres (o South Bronx, Bedford Stuyvesant, o

Brownsviller e as áreas de Crown Heights no Brooklyn, a área da Jamaica em Queens e Harlem) aconteceu a maior parte dos saques”.

O bairro do Bronx, como os demais citados, ficou conhecido como sinônimos de violência e de lugar sem leis. A imagem de um lugar feio, sujo e arruinado ficou sendo veiculada em fotos e filmes como sendo a principal identidade deste lugar marginalizado, ocupado por negros e hispânicos, basicamente.

Apesar da dificuldade em fazer uma organização popular, já que muitas famílias foram “jogadas” no bairro do Bronx, os moradores perceberam que não poderiam ficar parados, aceitando tudo que lhes fosse imposto: precisavam modificar esta situação.

Outro fator que também ocorreu paralelo ao surgimento do Movimento Hip Hop foi a Guerra do Vietnã, ocorrida nos anos compreendidos entre 1965-1975, onde a maioria dos soldados recrutados para guerra era de origem negra e latina. Para contestar essa situação, os “dançarinos de rua” reproduziam movimentos que representassem os soldados mutilados da guerra, ou ainda faziam movimentos que representassem à hélice dos helicópteros utilizados na guerra, entre outras representações.

Neste contexto, o movimento Hip Hop tem o seu berço. Para

expor que não estavam contentes com o modelo hegemônico, com o padrão de vida, com as condições socioeconômicas que lhes estavam condicionadas. E de uma forma alternativa começaram a construir a identidade Hip Hop, já que outras “culturas” dos moradores do South Bronx se diluíram.

Mas o que é Hip Hop? Hip Hop é uma palavra que designa em português “Saltar mexendo os quadris”. Conforme Juny KP (2001), o termo Hip Hop foi criado pelo DJ África Bambaataa que teria se inspirado em dois movimentos cíclicos: um deles estava centrado na forma pela qual se transmitia a cultura dos guetos americanos; a outra estava na forma de dança popular na época, a qual consistia em saltar (hop) movimentando os quadris (hip).

Mas, o Hip Hop, caracteriza-se por um conjunto de quatro elementos: o DJ, o Rap, o Break, o Graffiti, além de termos encontrado na literatura autores que também somam créditos a um estilo próprio de se vestir, como um outro elemento que caracterizaria o Hip Hop.

Cada elemento teve seu surgimento de forma isolada e gradativamente foram agregando-se, formando o Hip Hop. Para conhecermos melhor esse movimento que se vale de sua magia através do movimento, da música e das artes plásticas para propagar suas idéias, vamos

conhecer seus elementos separadamente.

O primeiro elemento a ser apresentado, o Disc Jôquei (DJ), conforme Juny Kp (2001), o termo "DJ" foi inventado por Beat Junkies, onde o DJ, além de tocar músicas, manipula toca-discos e cria novos sons. Expõe que Kool Herc foi quem introduziu o uso de dois toca-discos para a performance do DJ, podendo assim inovar com a repetição de trechos de músicas (chamadas de breakbeat) de vinil. Em 1977, ocorre a criação do scratch (girar o vinil para frente e para trás). O scratch foi uma importante inovação, pois proporcionou e ainda proporciona que novas performances sejam realizadas. Outro fruto que advém do scratch é o back to back, performance que consiste em fazer a repetição de uma mesma frase em dois toca-discos diferentes.

Destaca-se que inicialmente cabia ao DJ que em sua origem realizava performance ao vivo em festas, fazia-se notar pela destreza em lidar com o aparelho toca-discos, onde através de discos conhecidos pela mídia, faz seu som transformando a trilha sonora já conhecida por todos em outra música mixada. Também era missão do DJ fazer a comunicação com o público que lhe assistia, paulatinamente os discursos proferidos transformaram-se em letras elaboradas inclusive tornando-se estrofes de letras. É neste contexto que os

MC's ganham mais espaços ao lado dos DJs.

O segundo elemento, Rap, caracterizado por se utilizar uma trilha sonora, e, sobre e a partir dela, são criados pelos rappers ritmos e poesia que podem ser simplesmente faladas, recitadas ou cantadas, com letras polêmicas que podem ser improvisadas e divulgadas pelo Mestre de Cerimônia (MC).

O MC, conforme Juny Kp (2001) pode ser chamado também de rimador e ele tem a preocupação de sempre representar a cultura Hip Hop, sendo que com o crescimento do Rap e o afastamento da cultura Hip Hop, o MC passou a se denominar RAPPER. Rapper é aquela pessoa que canta e faz o Rap. Há que se salientar que o MC vincula-se ao objetivo de apresentar a realidade que nem sempre é associado à energia positiva, pois a realidade muitas vezes é composta de miséria, violência e fome. E ao rapper associa-se a ostentação de propriedade, violência e drogas. Ou seja, a figura do "rapper" advém com a comercialização da música RAP, e o mestre de Cerimônia tem o compromisso com a sociedade e com seus discursos, que geralmente são previamente pensados para determinado segmento da população, com mensagens que sugiram a realidade da sociedade, e principalmente da periferia.

Conforme Silva, citada por Magro (2002: p. 71):

Rap (Rhythm and Poetry) é um estilo musical originado do canto falado da África Ocidental, adaptado à música jamaicana da década de 1950 e influenciado pela cultura negra dos guetos americanos no período pós-guerra. As letras das canções de Rap são denúncias da exclusão social e cultural, violência policial e discriminação racial; constituindo-se de longas descrições do dia-a-dia de jovens que vivem nas periferias de centros urbanos.

Outra faceta do Rap, citado por Shusterman (1998) é a sua versatilidade, pois o Rap apropria-se de trechos de canções populares, músicas clássicas, jingles de publicidade e de música eletrônica de videogames. "Ele se apropria até mesmo de conteúdos não musicais, como reportagens de jornais na TV e fragmentos de discursos, tais como o de Malcolm X e Martin Luther King" (SHUSTERMAN, 1998, p. 149).

O Break é o terceiro elemento e conforme Juny Kp (2001), o termo Break foi criado pelo DJ África Bambaataa, fazendo menção ao movimento dos quadris. A dança é o resultado da junção de vários ritmos e estilos surgidos na década de 70. A manifestação do break é em forma de dança, onde os B. Boys<sup>5</sup>, (como são chamados os dançarinos de break)

usam suas práticas corporais para fazerem mímicas, imitam robôs; buscam, através da dança, fazer crítica ao sistema vigente.

Juny Kp (2001) adverte que o b.boys/b.girls dançam o Bboying, breaking, já o Breakdance trata-se de um termo lançado pela mídia que não se relaciona ao Break de raiz.

Para Diógenes (1998), através do Break, os jovens negros norte-americanos contestavam a situação dos jovens soldados que iam para guerra do Vietnã<sup>6</sup>, e voltavam mutilados da guerra. Outra função outorgada ao Break, tentar diminuir as brigas "sangrentas" entre as gangues de rua, transformando esta forma de violência urbana em um ritual de desafio através da performance corporal.

Juny Kp (2001) expõe que os estilos de Nova York apresentam influência das artes marciais (chinesas), das danças nativas da África e dos Estados Unidos e da Capoeira brasileira. Gradativamente acenderam outras "rotinas" no Break, como, por exemplo, o tok rock, que é considerado a marca registrada, o cartão de visita do B.boy/B.girl; o Footwork é à base do B.boy; o Freeze que é o congelamento de um movimento por pelo menos dois segundos e, por fim,

tem os movimentos baseados na ginástica, ginástica olímpica influenciada pela vivência da rua.

Com a evolução do DJ, outras batidas musicais foram sendo criadas e os B.boys/b.girls acompanharam corporalmente com a criação de novas técnicas. No entanto, não demorou muito para que a evolução do Break torna-se motivo para competições e exposições. Nessas exposições do que se sobressaia eram os saltos, onde havia destaque para as rivalidades entre os grupos onde o "duelo" é denominado "racha".

O último elemento, o Graffiti. Conforme Silva (2004), esta é uma palavra originada da tradução de grafito (desenho de época antiga feitos grosseiramente), porém a idéia originária da palavra, talvez encontra-se na essência da arqueologia, pelo fato do graffiti denunciar uma outra ordem, além de outra lógica de tempo.

O Graffiti, segundo Rose (1997), tem como precursor o Grafiteiro Futura, que após ter perdido seu trabalho em uma gráfica, devido à informatização desta, passou a fazer o uso do spray como forma de divulgar sua arte, suas mensagens e sua assinatura (denominada tag, é a principal identidade entre os

graffiteiros). Além disso, era uma forma de comunicação, já que os trens levavam as mensagens dos graffiteiros de um bairro a outro.

O Graffiti é considerado um estilo de desenho de traços livres e de efeitos visual, caracterizado principalmente, pela diversidade de tonalidades e cores; pode ser realizado em paredes, muros, roupas e telas. As pinturas realizadas tratam geralmente de temas sociais.

A junção dos elementos do Hip Hop dava-se inicialmente em festas ocorridas na própria comunidade, onde o DJ comandava a trilha sonora e o MC ia para dar o seu recado nos microfones e, ao som contagiante, os jovens dançavam o Break, e os graffiteiros produziam seus murais de arte.

Em todas aquelas manifestações do Hip Hop percebia-se, visivelmente, seu caráter de contestação da realidade e exposição da situação desigualdade social, vivenciados pelas comunidades empobrecidas. Conforme Souza (2000), a partir de 1983, há uma divulgação do Rap, tornando-se um negócio lucrativo, em contraste com a periferia que se encontra mais empobrecida.

A indústria cultural<sup>7</sup>, percebendo este filão de mercado, vem tentando cooptá-lo para converter

essa forma de resistência em favor do capital, mercadorizando e, como toda forma de cultura, o Hip Hop também ficou vulnerável a esta apropriação, mas não em sua totalidade.

Na década de 80, a cultura Hip Hop, chega ao Brasil. Devido às características contra-ideológicas assumidas, em princípio, chega com o caráter de luta, reivindicação e consolidação da cidadania, para as classes empobrecidas principalmente.

Magro (2002, p. 68) salienta que “No Brasil do final dos anos 80, o Movimento Hip Hop, especialmente o ritmo musical Rap, tornou-se para os jovens da periferia urbana um meio fecundo para mobilizações e conscientização”.

Na literatura pesquisada, pouco há de referência sobre o Hip Hop brasileiro. O material mais denso encontrado relaciona-se ao elemento Rap. O Rap surge no Brasil, a princípio com a mesma raiz originada nos Estados Unidos. A idéia implementada era de fazer Rap Militante, pode-se dizer que seguindo o mesmo roteiro: “divulgação das desigualdades sociais e raciais” destaca SOUZA (1999).

## “QUE LEI É ESSA?”<sup>8</sup>: A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO HIP HOP NA ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Estaremos abordando a inserção do Movimento Hip Hop Organizado do Brasil (MHHOB), representando a idéia e a participação dos hiphoppers brasileiros, na estruturação em políticas públicas e discussões geradas em âmbito nacional, principalmente ao se pensar questões da e para juventude brasileira.

Tomamos, como exemplos deste cenário, duas ações desenvolvidas no âmbito federal, em especial no Ministério da Cultura e outra no Congresso Nacional. Pretendemos apresentar dois momentos importantes, nos quais se destaca a participação de integrantes do movimento hip hop nos debates, sendo eles: o Programa Fome de Livro, vinculado ao Ministério da Cultura e o engajamento do Movimento Hip Hop na Comissão Especial destinada a estruturar as propostas de Políticas Públicas para Juventude (CEJUVENT).

Começaremos pelo Programa Fome de Livro. O referido Progra-

ma é uma iniciativa do Ministério da Cultura (MinC), vinculado a Biblioteca Nacional. O Fome de Livro tem como coordenador Galeno Amorin (Diretor Nacional de Políticas do Livro). Este Programa tem por objetivo elaborar uma Política Nacional de Leitura, além da ampliação e instalação de Bibliotecas pelo país, para o incentivo à leitura. O plano de ação Fome de Livro, baseia-se nas possíveis parcerias que podem ser concretizadas, entre diversos órgãos estatais e outros programas federais, ONGs e Movimentos Sociais e editoras, estão preparando projetos de ação para constituir o plano de ação geral do Fome de Livro.

A meta é abrir 1000 bibliotecas no país até o ano de 2006, sendo que as mesmas serão padronizadas (equipadas com móveis, computadores e softwares da gestão), especialmente nas cidades onde não se dispõem de salas de leitura, distribuição de cestas básicas e formação de 100 mil mediadores de leitura.

Dentre as parcerias realizadas pelo Programa Fome de Livro, destacamos o convite realizado ao Movimento Hip Hop Organizado do Brasil - MHHOB<sup>9</sup>; para também colaborar com a divulgação e implementação das bibliotecas.

O MHHOB, em reunião realizada em Porto Alegre com a participação de 12 dirigentes estaduais em maio, acertou sua participação no Programa, mas sua participação foi rebatizada de FOME DE LIVRO NA QUEBRADA. O Congresso do MHHOB também serviu para mapear os grupos do Movimento que já tem estrutura para desenvolver ações para o programa. O Fome de Livro na Quebrada vai auxiliar na abertura de 25 bibliotecas do Movimento Hip Hop, em 25 regiões metropolitanas do país, sendo que o formato dessas ainda será definido por um grupo constituído por pesquisadores ligados aos movimentos populares e militantes do hip hop.

As bibliotecas comunitárias terão um acervo de 2500 livros cada, as quais propõe-se não só ser um estímulo à leitura, como uma oportunidade de trabalho para jovens das comunidades em todo Brasil.

O Fome de Livro na Quebrada também está sendo visto como meio de proporcionar renda aos jovens de periferia, que tem ligação com o Hip Hop, na implantação das bibliotecas comunitárias, e suas possíveis contratações para o gerenciamento das mesmas.

Aparentemente, o grande avanço para o MHHOB é o espaço garantido nas periferias e com a infraestrutura possibilitada pelo projeto, configurado como mais um espaço para divulgação das ideias dos hiphoppers e um espaço fecundo de estudo, discussões e debates acerca da realidade da periferia. Além do reconhecimento da força deste movimento, chama atenção também, que este que agora vem sendo convidado para o Programa do Ministério da Cultura, é um movimento que surgiu da "revolta" da população empobrecida, com possibilidade de prestar contribuições no que se refere ao engajamento com Políticas Públicas e suas comunidades.

É um interessante contraste ao perceber que o Movimento Hip Hop, tem alcance em algumas comunidades de periferia sendo que o poder público, não consegue chegar. Em contrapartida, pouco ainda se sabe sobre a real implantação de tais bibliotecas, ou se haverá total autonomia do MHHOB ou se de alguma forma será cerceado seu fazer e seu planejar.

O segundo acontecimento onde encontramos a participação do MHHOB é na principal ação da CEJUVENT, "é uma comissão especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a juventude, foi criado por Ato da Presidência da Câmara dos Deputa-

dos, em 7 de abril de 2003" (Relatório Preliminar, 2003, p.05). A presidência da Comissão sendo do Deputado Federal Reginaldo Lopes do PT (MG), e relator Benjamin Maranhão do PMDB (MG), destacamos que no total somam-se 23 Deputados integrando a comissão.

O documento que estaremos analisando é um relatório preliminar, resultante de encontros regionais, para discussão de temas previamente escolhidos vinculados à juventude e, posteriormente, apresentado como documento para estruturar as políticas para juventude em âmbito federal.

A partir das discussões do CEJUVENT, teve-se a proposta de realizar a Semana Nacional do Jovem, ocorrido nos dias 23 a 26 de setembro de 2003, em Brasília, configurado como mais um espaço para debates e preparação para I Conferência Nacional da Juventude realizada em 2004.

Na semana nacional do Jovem, ocorreu o Seminário Nacional do Jovem com discussões e a presença do Movimento Hip Hop, representado por Preto Ghóez, no Grupo de trabalho com a missão de debater: O que é ser jovem, hoje no Brasil? A qual culminou em vários debates e na confecção de um painel sobre os direitos dos jovens. Enfim, o Relatório Preliminar é um texto denso que apresenta como enfoque principal a

Juventude e os demais temas convergentes como: educação, cultura, trabalho, desporto e lazer, saúde e, por fim, cidadania. Caracteriza-se como uma primeira ação governamental em nível federal realizada para pensar sistematicamente políticas para Juventude.

Conforme o referido relatório, um dos enfoques para se entender por jovem, enquanto conceito cronológico situa a faixa etária entre os 15 e 29 anos. Esta mesma faixa etária é a adotada pela Organização Ibero-americana da Juventude (OIJ<sup>10</sup>), já a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera a faixa etária entre 10 aos 24 anos de idade. (CEJUVENT, 2003).

Neste primeiro momento, o Relatório da Comissão Especial da Juventude apresenta as diversas perspectivas e até mesmo a dificuldade de se encontrar nas Leis, algo que seja referente à Juventude e a que segmento se destina. Por identificar essa dificuldade, é que o relatório se propõe não usar o termo juventude, mas juventudes.

“(...) Entendemos que ela toma diferentes contornos se o jovem é do meio urbano ou do meio rural, se tem dificuldades econômicas ou não, se trabalha ou não, se estuda ou não, se trabalha e estu-

da ou não. Há quem diga que precisaríamos utilizar o termo juventudes, no plural, para poder distinguir as diferentes tribos”. (CEJUVENT, 2003, p.22).

Este documento tem como pretensão identificar as várias expressões da juventude brasileira para propor políticas Públicas que contemplem as diferenças. O documento constata que a juventude pode ser analisada de diferentes marcos conceituais, e talvez, por isso, mesmo existem pontos divergentes. No Relatório Preliminar, encontramos conceitos amplos como o de Zaneti (2001) (CEJUVENT, 2003, p. 23), “é uma fase da vida humana não há uma classificação rígida nem das etapas de vida do homem, nem para categorias juventude. Os conceitos têm variado segundo diferentes culturas e diferentes épocas”. Neste autor, percebemos que não existe um conceito linear para juventude, deixando-nos pensar: o que de fato caracteriza a juventude para o relatório? Ou que outras condições permeiam de fato as teorias?

No mesmo relatório, encontramos as considerações de Carrano (2003, p.23) e, segundo este autor: “a referência ao jovem, hoje precisa levar em consideração a heterogênea realidade das sociedades complexas.

A ambigüidade e a indefinição sobre o conceito de jovem são características dessa situação de complexidade". É como se este autor não pudesse enquadrar e conceituar a juventude, pois em cada realidade ela é diferenciada, o que a deixa de ser um problema para a estruturação de políticas de âmbito federal e abrangência nacional para juventude.

O documento apresenta mais algumas concepções de juventude, talvez, na tentativa de dar conta da multiformidade da temática, ou por perceber a dificuldade em achar uma única conceituação. Ressalta, sobretudo que há preocupação em estar gradativamente sendo construído, sem nenhuma definição a priori. Enfim, "o nosso marco conceitual de juventude brasileira está sendo construído" (CEJUVENT, 2003, p. 24).

Destacamos que é um avanço do documento em perceber que no país há diferentes juventudes e que deve haver uma reflexão que considere esta diversidade do contexto cultural, social, econômico e regional.

Nossa concepção parte da idéia de juventude de Machado Pais (1993, p.37), para o qual "a juventude deve ser olhada não apenas na sua aparente unidade, mas também na sua diversidade. Não há de facto, um conceito único de juventude que possa abranger os diferentes campos semânticos que lhe aparecem associa-

dos. As diferentes juventudes corresponderão, pois, necessariamente, diferentes teorias".

Machado Pais (1993) destaca que, historicamente, a juventude tem sido associada a determinados problemas sociais derivados da dificuldade de acesso ao emprego, à casa própria, aos estudos entre outros. Sendo assim, a juventude é "forçada" a continuar coabitando com seus familiares, o que vai gerando pontos de tensão e conflitos, tornando-se um problema social.

Actualmente, e muito embora ainda se considerem baixos os níveis de associativismo, activismo e participação política dos jovens – apesar das possibilidades democraticamente instituídas de participação política -, os "problemas" dos jovens universitários (e os jovens, em geral) são problemas principalmente remetidos para as dificuldades de inserção profissional, readquirindo cada vez mais relevo outros "problemas", associados ao consumo de drogas, à delinqüência, etc. (MACHADO PAIS, 1993, p.26).

Este autor destaca que o termo juventude não deve ser pensado de forma linear ou homogênea, alertando sobre a influência da indústria cultural detém sobre a juventude. O autor expõe:

(...) A juventude é um mito ou quase mito que os próprios media ajudam a difundir e as noticiais que estes veiculam a propósito da cultura juvenil ou de aspectos fragmentados dessa cultura (manifestações, modas, delinquência, etc.) encontram-se afectadas pela forma como tal cultura é socialmente definida. As condutas "homogêneas" dos jovens acabarão, então, por ser heterônimas, na exacta medida em que são sugeridas pelos mass-media, pelo discurso político e por intervenções administrativas de vária ordem. A própria sociologia participa, por vezes, nesta construção heterônima ao enfatizar as representações de senso comum que predominam sobre a juventude." (MACHADO PAIS, 1993, p.27).

Então a crítica a ambigüidade de se falar sobre a juventude, como sendo uma unidade, mas que às vezes a mídia difunde aspectos da cultura juvenil como sendo uma cultura hegemônica, enfatizando apenas certas representações como se predominasse sobre toda a juventude.

No diálogo com esses autores permeia a intensa dificuldade de se objetivar o que é juventude, quando ela inicia e quando termina? Quais são os critérios de inclusão, manutenção, ou quando um jovem torna-se adulto? Essa dificuldade adentra no

contexto também do Hip Hop. Ou será que um hiphopper irá deixar de participar do movimento por que atingiu a idade limite da juventude, conforme consta no documento? E se o critério for estar incluído no mercado formal ou informal de trabalho, também não deixaram de permanecer no movimento Hip Hop.

Assim como o relatório tem discussões acerca da Juventude, também há sobre Cidadania, conforme destacaremos abaixo.

A comissão Especial também traz para discussão a questão da cidadania. Mas porque dentre os vários outros temas, escolhemos apresentar a concepção de Cidadania neste estudo? Pelo fato de entendermos que a questão da Cidadania interage com os demais assuntos elencados no Relatório e principalmente, apresenta uma relação com o tema central deste estudo.

No Relatório Preliminar (2003) há também uma concepção de cidadania, segundo o qual refere-se que a cidadania moderna abrange aspectos como democracia, igualdade, justiça, ética, política, condição humana e informação. Ou seja, "assim, hoje, ser cidadão é poder conviver democraticamente em uma sociedade que garanta melhores condições de realização pessoal e coletiva com base nas conquistas nas alcançadas pela humanidade, sendo-lhe garantido o acesso à educação, à

saúde, ao lazer, aos bens culturais, ao convívio equilibrado com o meio ambiente". (CEJUVENT, 2003, p. 57)<sup>11</sup>.

O que se questiona no contexto brasileiro é o aparente aspecto democrático de acesso à educação, à saúde, ao lazer, aos bens culturais e ao convívio equilibrado com o meio ambiente. Neste relatório, não há referência a como essas questões serão implementadas na prática, o que implica numa concepção apenas formal, porém, não indicando ações para materializá-la concretamente. Pode-se interpretar esta frase considerando-se que todas pessoas terão acesso a esses "produtos" a qualquer momento de sua vida, sem considerar que no Brasil, tem famílias que não tem, sequer o que comer durante o dia.

Percebemos que parcelas da população ficam a margem dessa cidadania, de cunho burguês, onde o que está escrito nas leis (acepção formal) na maioria das vezes trata-se de letra morta. A lei existe apenas no papel. Para tanto, a população necessita poder se organizar para fazer valer seu direito cidadão. Este parece-nos, em principio, o tipo de cidadania que compõe o documento.

As lutas, anseios e conquistas da população ocorrem quando

elas se percebem respaldadas pela cidadania coletiva e não pela ética do favor que ronda nossa sociedade.

### "EU TO FAZENDO O QUE O SISTEMA QUER" <sup>12</sup> : UMA PERSPECTIVA DOS LIMITES E POSSIBILIDADES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A luz no final do túnel, o vislumbre de uma "revolução", parece estar num processo de emancipação social só ocorrerá a partir de uma ação coletiva, ou seja, de uma efetiva cidadania coletiva, onde os atores coletivos podem transformar a sociedade.

Segundo Touraine (citado por SPOSITO, 1999, p.11): "O sujeito é aquele que deseja ser um indivíduo capaz de criar uma história pessoal, de dar um sentido ao conjunto de experiências da vida individual, esta última construída, a partir das determinações pela procura da liberdade e pela experiência de resistência." Sabemos que para essa transformação, para que os desejos de ser sujeito, e ter uma sociedade de sujeitos coletivos, esbarram em obstáculos que impedem a efetivação da capacidade de ser um ator social.

Destacaremos, como exemplo, a indústria cultural que dita mo-

dismos e padrões os quais toda juventude, e não só ela, é levada a seguir. "A lógica de mercado que induz e subvenciona o consumo, e a formação de um público ávido de necessidades construídas em torno de objetos e símbolos destinados apenas à sua fruição não esgotam, no entanto, o circuito cultural que pode caracterizar orientações e práticas dos segmentos juvenis" (SPOSITO, 1999, p.10). Mas porque estas manifestações são consideradas cerceadoras do sujeito coletivo? Primeiramente, a indústria forja a vontade individual como sendo coletiva, fazendo com que cada vez as pessoas consumam mais, entre outros desdobramentos que poderíamos analisar.

Destacamos que dentro do movimento Hip Hop há as contradições do consumo e da resistência. Em reportagem a revista Caros Amigos citada por Ávila, Pereira e Oliveira (2004, p. 09), os rappers têm a consciência que participar de Programas de TV, como Faustão e Gugu de certa forma "significa o começo da derrota". Essa opção realizada por alguns grupos demonstra a resistência ao modelo vigente, ou seja, ao veicular sua imagem numa grande emissora de mídia, o grupo sabe que deverá ceder e se adequar ao modelo pré-determinado por tal empresa, e ao não veicular sua imagem na grande mídia, tem apenas o compromisso com os seus ideais e não com os ide-

ais hegemônicos que a mídia tenta estabelecer, ainda que tenha uma repercussão de sua "ideologia", de sua mensagem para outros jovens e para sociedade, bem mais restrita.

Lançam sua própria moda e, ao mesmo tempo, esta moda é a que identifica cada integrante do movimento como nos explica Diógenes (1998, p.135) "os membros do hip hop difundem um modo de se vestir denominado B.boy". Para essas modas, eles apropriam-se de adereços (colares, bonés), além das calças largas e tênis adidas. A contradição deste processo é que ao mesmo tempo em que os hiphoppers fazem resistência e lançam sua identidade, passam a gerar uma moda e tornando-se, por fim, outro elemento para o consumo.

A reflexão que estamos propondo, de analisarmos que mesmo na tentativa de serem coerentes ao movimento de "resistência", o processo tende a ser ambíguo, devido a estarmos inseridos em uma sociedade capitalista, em que os fatos têm dimensões simultâneas, e uma mesma ação pode estar impregnada tanto de conformismo como de resistência como nos diz Chauí (1987).

Percebemos que o movimento Hip Hop não é uma entidade monolítica, mas no Brasil temos hiphoppers e hiphoppers. O que queremos dizer com isso? Que alertamos para a ambigüidade no interior de duas diferenças primordiais entre a

ideologia Hip Hop e que, pela sua complexidade, se faz necessário, voltamos a questão.

Distinguímos: o hip hop comercial, onde os hiphoppers aparecem na grande indústria, os rappers são vistos como playboys, devido à veiculação e sua imagem associada aos interesses do capital. As letras, em sua maioria, são originadas e destinadas para a vendagem, e não para divulgação das dificuldades de uma realidade precária, ou com vistas à cidadania coletiva.

Debruçaremos-nos sobre a outra possibilidade dos hiphoppers, os quais tentam se distanciar da grande mídia, colocando-se como parte do sistema. Seu objetivo não é a acumulação do capital, mas sim poder transmitir suas idéias e seus ideais de Revolução. Porém, sua possibilidade de intervenção no processo de construção de políticas públicas para isso é sempre limitada pelos interesses hegemônicos colocados nestes espaços de poder. Para que haja essa revolução o movimento Hip Hop organiza-se em grupos de estudo na intenção de alcançar melhores condições de vida e acesso à cidadania para todos.

Daí é que percebemos o pequeno limiar entre esses atores coletivos e os movimentos sociais. Assim sendo, Magro (2002, p.68), destaca que há “muitos grupos de rappers no campo social, para reivin-

dicar o direito de ser cidadão, a participar do mercado de trabalho e para lutar contra a violência e a discriminação”.

Para as classes empobrecidas terem acesso a sua acepção material da Cidadania, deveria ocorrer a denominada Cidadania Coletiva (GOHN, 2001, p. 15) “(...) existe uma terceira acepção do conceito de Cidadania, elaborada a partir de grupos organizados da sociedade civil, através de movimentos”. Assim sendo, o cidadão coletivo, através dos movimentos sociais, reivindica que a Acepção Formal dos direitos seja realmente posta em vigor, a Acepção Material. “A cidadania coletiva é constituída de novos sujeitos: as massas urbanas espoliadas e as camadas médias expropriadas” (GOHN,2001,16).

Ribeiro (2002) alerta que através de movimentos sociais populares, aliados a educação, é o que pontencializa o processo de mudança na ampliação da Cidadania. “(...) as possibilidades podem ser visualizadas nas relações sociais contraditórias em que se produz/ reproduz a cidadania como síntese de lutas de classe sociais com interesses antagônicos, (RIBEIRO, 2002, 124)”. Expõe ainda que conteúdo da Cidadania pode ser flexível, pois ora restringe-se ora amplia-se, conforme a força dos movimentos sociais que a reivindicam.

É neste ponto que a cidadania articula-se com o Movimento Hip Hop, a partir dessa força gerada pelos Movimentos Sociais e de seu caráter educativo é que se pode alcançar a implementação da Cidadania. Para isso, o Movimento Hip Hop organiza-se em posses. Para Magro (2002:68): “as posses<sup>13</sup>e, especialmente, os grupos de Rap começaram a alcançar visibilidade no início dos anos 90 no Brasil, sendo caracterizados por ações coletivas bem definidas de conscientização política e exercício da cidadania”.

Essa configuração de agrupamento é que de fato permitem as construções de rede para servir de base a um novo elemento, aos movimentos sociais. Magro (2002) expõe que essas posses articulam também com a luta de outros movimentos e entidades discutindo a questão racial, a pobreza, as drogas e a violência das cidades brasileiras, entre outros pontos.

Nos documentos apresentados da CEJUVENT, as condições de vida, são reproduzidas como sendo condição “natural” para implementação da cidadania. Mas, como ter acesso aos direitos? Mais uma vez, nossa perspectiva baseia-se na idéia dos movimentos sociais como condição de ampliação à cidadania. De onde partimos para fazer

essa associação? Uma parcela expressiva do movimento hip hop tem por objetivo, lutar por melhorias para as classes empobrecidas e excluídas, como é o caso dos negros. E esta é, justamente, a demanda dos movimentos sociais.

Conforme Mascarenhas (2004, p. 19), os Movimentos Sociais caracterizam-se pelos seguintes fatores: “a existência de atores coletivos, a prática de ações coletivas, a luta por interesses comuns, a problematização e politização e revigoração do cenário político e cultural”.

Vemos o Movimento Hip Hop dentro de todas as características acima elencadas, principalmente na participação no cenário político, que é justamente, onde estávamos destacando e aonde vêm adquirindo visibilidade às condições de vida da periferia.

Sabemos que as reivindicações postas pelos Movimentos Sociais não são acatadas de forma rápida, é um processo desgastante, o embate, o diálogo entre os Movimentos e a Estado. Gohn (2001) expõe que na década de 80 os Movimentos populares desenvolveram vários projetos políticos, mas que na década de 90 certa passividade vem assombrando os cidadãos, em suas palavras “ocorrendo uma volta ao passado, ao

comportamento político tradicional das camadas populares: de passividade, de espera para que outros resolvam seus próprios problemas” (GOHN, 2001, p.105). Outra colaboração para o enfraquecimento e desaparecimento dos Movimentos, é que eles perderam a visibilidade na mídia, assim como os protestos de organização de rua, diminuíram suas formações, e um terceiro fator que as Organizações Não Governamentais – ONGs, também passaram a ocupar o espaço lacunar que o Estado deixa.

Assim, consideramos que o Movimento Hip Hop tem novas metas que oscilam entre a exclusão e a integração, sendo a eles atribuída a promoção de novas redes sociais firmando novos laços comunitários, a denúncia e exposição das músicas em referência as mazelas da cidade e principalmente ampliar ou conquistar visibilidade social através da articulação entre a cultura e o mercado.

Sposito (1999), ao pensar sobre os movimentos sociais, juventude e educação, destaca o Movimento Hip Hop em São Paulo como um campo de conflitos e negociações para a juventude, principalmente também, por sua capacidade de se articular com outros movimentos, como o movimento Negro, e a partir daí que se vislumbrar a riqueza dos movimentos e de seu papel democrático.

Talvez, por isso, é forte sua associação ao caráter educativo dos

movimentos sociais, pelo processo de apreensão de experiências do passado pelo presente. Neste sentido, aprende-se a lidar com os medos, os limites, as indefinições, mas, sobretudo sem perder de vistas os interesses dos atores envolvidos “(...), ou seja, elabora-se estratégias de conformismo e resistência, passividade e rebelião, segundo os agentes com os quais se defronta” (GOHN, 2001, p.19)

Movimento Hip Hop vislumbra as possibilidades de “revolução” esta só se dará a partir de uma emancipação que transpasse a concepção de cidadania a qual estamos acostumados em nosso cotidiano, mas que talvez, avance a partir da cidadania coletiva com ações de sujeitos em prol de uma reflexão e mudança do sistema vigente.

Uma perspectiva importante do Movimento Hip Hop é apresentar-se de forma cada vez mais organizada, com discussões complexas, criando estratégias de alcance para as comunidades e seu reconhecimento. Sua participação em discussões na construção de Políticas Públicas para Juventude, assim como também o é o Projeto Fome de Livro, tem trazido um novo vigor para o Movimento.

Apesar disso, é preciso lembrar que o espaço dos Movimentos Sociais, especialmente em sua relação com o Estado, é contraditório; porém, a união e solidariedade exis-

tente no interior do Movimento Social como o Hip Hop, tem também um caráter educativo no processo de constituição da cidadania que extrapola o próprio movimento. Esta cidadania que é tão solicitada nos discursos, principalmente dos rappers, exprime a reivindicação da ampliação da cidadania a todo segmento social marginalizado.

## REFERÊNCIAS

- CARRANO, P. C. R. Os jovens e a Cidade: Identidade e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ FAPERJ, 2002. v.1.
- CHAUÍ, M. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CHAUÍ, M. Cultura e Democracia. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- DIÓGENES, G. Cartografias da Cultura e da violência: Gangues, galeras e movimento Hip Hop. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1998.
- GOHN, M. G. Movimentos Sociais e Educação. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001. col. Questões da nossa época. n: 5.
- HERSCHMAN, M.(Org.). Abalando os anos 90: Funk e Hip Hop, globalização, violência e estilo cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- JUNY KP. Um pouco de história do Hip Hop. Disponível on-line: <http://www.realhiphop.com.br/institucional/historia.htm>. acessado em 05/09/2004.
- MACHADO PAIS, J. Culturas Juvenis. Portugal, Impresa nacional casa da moeda, 1993.
- MAGRO, V. M. M. Adolescente como autores de seus próprios cotidianos. Campinas. Caderno Cedes, 2002. v. 22, n. 57. ago. pg.63-75.
- MASCARENHAS, A. C. B. A educação para além da Escola o caráter educativo dos movimentos sociais. In: Saberes do nós: Ensaio de educação e movimentos sociais. Goiania: Ed. da UCG, 2004.
- MINISTÉRIO DA CULTURA, Boletim Fome de Livro, n.0007. 24 a 30 de maio, 2004. Disponível on-line: [http://139.82.199.13/boletins/fomedelivro/fd/\\_0007.htm](http://139.82.199.13/boletins/fomedelivro/fd/_0007.htm). Acessado em 05/set/2004.
- MINISTÉRIO DA CULTURA, Boletim Fome de Livro, n.0009. 09 a 13 de junho, 2004. Disponível on-line: [http://139.82.199.13/boletins/fomedelivro/fd/\\_0009.htm](http://139.82.199.13/boletins/fomedelivro/fd/_0009.htm). Acessado em 05/set/2004.
- RELATÓRIO PRELIMINAR. Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para Juventude. Reginaldo Lopes (presidente), 2003.

- RIBEIRO, M. Educação para a cidadania: questões colocadas pelos movimentos sociais. In: Revista Educação e Pesquisa. São Paulo: 2002. v: 28, n: 2. p: 113-128, jul-dez.
- ROSE, T. Um estilo que ninguém segura: política, estilo e a cidade pós-industrial no hip hop. In: Abalando os anos 90. In: Abalando os anos 90: Funk e hip hop: globalização, violência e estilo cultural. Michael Herschmann (Org.). Rio de Janeiro: Rocco, 1997. pg 192-212.
- SCHUSTERMAN, R. Vivendo a Arte: pensamento pragmatista e a estética popular. 34 ed. São Paulo: 1998.
- SILVA, R. L. Escutando a adolescência nas grandes cidades a través do grafite. In: Rua: Campinas: 2004. n. 10. p. 65-86.
- SOUZA, A. M. O movimento do RAP em Florianópolis: a ilha da magia é só da ponte pra lá! Negros, territórios e Educação. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros. 2000. Série Pensamento Negro em Educação. N.7.
- SPOSITO, M. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. ANPEd, 1999.
- Endereço para correspondência:  
R: Deputado Antonio Edu Vieira, n.376, apto:303. Condomínio residencial: Hyatty. B: Pantanal. Florianópolis. Cep: 88040-001.  
e-mail: paty\_dlo@hotmail.com